

**FACULDADE DE TRÊS PONTAS – FATEPS  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA  
LARA STÉFANI DE OLIVEIRA CORRÊA**

**RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E  
SOCIAL DO AUTISTA**

**Três Pontas  
2020**

**LARA STÉFANI DE OLIVEIRA CORRÊA**

**RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E  
SOCIAL DO AUTISTA**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Três Pontas – FATEPS como pré-requisito para obtenção do grau de licenciatura sob a orientação da Prof (a) Dra. Gloria Lucia Magalhães.

**Três Pontas  
2020**

**LARA STÉFANI DE OLIVEIRA CORRÊA**

**RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E  
SOCIAL DO AUTISTA**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Três Pontas – FATEPS como pré-requisito para obtenção do grau de licenciatura sob a orientação da Prof (a) Dra. Gloria Lucia Magalhães.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

---

Profa Dra. Gloria Lucia Magalhães

---

Profa. Titulação e Nome Completo

---

Profa. Titulação e Nome Completo

**OBS:**

# RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL DO ALUNO AUTISTA

Lara Stéfani de Oliveira Corrêa\*  
Gloria Lucia Magalhães\*\*

## RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista caracteriza por dificuldades nas áreas de comunicação e interação social podendo manifestar em graus diferentes de severidade, apresentando restrições de atividade e interesses peculiares. O presente artigo aborda a importância da aproximação e mobilização entre a família e escola na inclusão como fatores essenciais na constituição do desenvolvimento e aprendizagem, potencializando os aspectos positivos para conduzir de forma adequada as atividades escolares e extracurriculares a fim de progredir quanto às competências cognitivas e sociais dessas crianças. Dessa forma a formação apropriada do professor na área de educação inclusiva poderá contribuir também para formação dos alunos autistas e seus familiares. O trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica por meio da leitura de obras e artigos científicos. Nota-se que ainda há poucos estudos divulgados nessa área e que existem muitas controvérsias sobre qual intervenção seria mais adequada quando a inclusão de autistas. Ao final, os contextos família e escola e inclusão quando bem definidos, podem contribuir de forma favorável para o desenvolvimento do educando.

Palavras-chave: Autismo. Ensino e Aprendizagem. Família. Formação de professores

## INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a relação família e escola no desenvolvimento cognitivo e social da criança autista. Sabemos que a educação inclusiva vem se transformando ao passar dos anos, mas ainda nos deparamos com uma certa dificuldade quanto a inclusão desses alunos em ambientes de ensino regular. Apesar de encontrar respaldo em documentações legais, a

---

\*Aluna do Curso de Pedagogia da FATEPS/UNIS MG, laracorrea@outlook.com

\*\* Professora Doutora do Curso de Pedagogia da FATEPS/UNIS MG, gloria.reis@professor.unis.edu.br

carência de políticas públicas para formação continuada de professores inibe práticas pedagógicas que contribuiriam para o ensino, a aprendizagem e permanência do aluno na escola. O tema é complexo e pouco encontrado nos estudos da literatura científica nacional em decorrência da sua dimensão e questões com seus envolvidos.

O processo educacional em parceria com a família em uma perspectiva inclusiva poderá contribuir para o envolvimento sociocultural e desenvolvimento do ensino e aprendizagem do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O estudo tem como objetivo identificar os desafios enfrentados por esses alunos no ensino regular, colaborando para relevância da formação continuada de professores para o aperfeiçoamento de saberes necessários na sua prática na educação inclusiva.

Com isso faz-se necessário identificar as principais dificuldades encontradas na educação inclusiva de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar, demonstrando as medidas que podem ser adotadas em parceria com a família que possam contribuir para o desenvolvimento de ensino e aprendizagem, enfatizando a interação social e destacando a importância da formação continuada de professores. Contudo embasou-se na revisão da legislação vigente, na descrição do Transtorno do Espectro Autista e formação continuada de professores.

Quanto à metodologia, optou-se pelo método hipotético-dedutivo. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica que será realizada por meio da leitura de obras e artigos científicos.

Todavia serão discutidos no decorrer do estudo uma breve revisão da legislação vigente da conceituação apresentada na Constituição Brasileira sobre família. No mesmo documento o respaldo legal sobre educação inclusiva, que garante as pessoas com deficiência seus direitos e principalmente o acesso e permanência no âmbito escolar.

Contudo foi necessário a descrição do Transtorno do Espectro Autista relatado pela Equipe Multidisciplinar do Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento (2019) e políticas públicas quanto a formação continuada de professores.

## **2. BREVE REVISÃO DA LEGISLAÇÃO E DEFINIÇÕES BÁSICAS**

O referencial teórico do presente estudo foi estruturado em tópicos, sendo eles: breve revisão da legislação vigente, para tanto baseou-se em trechos da Constituição Federal de

1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, uma sucinta descrição do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e formação de professores.

Neste trabalho utilizou-se conceito de família descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990, caracterizado no Artigo 25 abaixo:

Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (BRASIL, 1990).

É importante conceituar família visto que, o mesmo possui caráter amplo na atualidade e requer relevância neste projeto para agregar no ensino aprendizagem dos alunos autistas junto com profissionais da educação.

Para LAZZARETTI (2016, p. 4) “não existe modelo padrão de família” e ainda acrescenta “que o mais importante é valorizá-las como espaço de produção e identidade social. Deve ser deixado de lado o velho modelo de família nuclear, pois hoje existem diversos tipos de famílias, cada uma inserida em sua própria cultura e com sua singularidade” (LAZZARETTI, 2016, p.4, apud DANELUZ, 2008).

O artigo 205 da Constituição Federal Brasileira (1988) declara a educação como direito de todos e dever do estado. Os dizeres na íntegra do presente artigo estão elencados a seguir:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988. Art. 205).

No mesmo ordenamento, ou seja, em nossa Carta Magna, está disposta no inciso III do Artigo 208 determinação: “Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Para tratar do impacto da criança autista na família, Abreu; Andrade; Teodoro (2012) afirmam que:

[...] o contexto familiar sofre rupturas imediatas na medida em que há interrupção de suas atividades rotineiras e transformação do clima emocional no qual se vive. A família se une em torno das dificuldades de sua criança, sendo essa mobilização determinante no início da adaptação (ABREU; ANDRADE; TEODORO, 2012, p. 135).

Os autores ainda destacam as redes de suporte sendo elas o apoio social, o serviço de apoio e o suporte formal. O apoio social sugere um auxílio dos pais ou algum familiar na

participação dos cuidados com a criança com autismo, a partir disso profissionais que trabalham com a família desenvolvem intervenções para aumentar a rede de suporte informal da família, incentivando e promovendo a comunicação entre cônjuges não apenas em grupos e ambientes formais mas também no seu dia a dia. Enquanto o apoio social é atividades desenvolvidas por cuidadores em casa ou em espaços especializados para que os pais possam se envolver em outras atividades sociais e de lazer visto que, relatam sentir dificuldade de acesso devido às demandas de ter uma criança autista. Já outra rede apresentada é o suporte formal com o objetivo de prover informações e ferramentas para a família lidar com a criança promovendo o conhecimento que os ajudem a entender as necessidades especificamente. Tais profissionais antecipam desafios específicos de cada fase de transição indicando tipos de serviço, e intervenções (Op.cit, 2012, p. 138).

Considerando ainda estudos de Abreu; Andrade; Teodoro, 2012, destacam a relevância de uma formação e apoio aos pais de crianças autistas:

Outra forma de suporte formal são os programas de formação e educação dos pais. Essa forma de intervenção traz resultados positivos tanto para os pais quanto para a criança, na medida em que contribuem para sentimentos de controle e de apoio, bem como permitem a redução da ansiedade (ABREU; ANDRADE; TEODORO, 2012, p. 138).

A importância da participação e parceria da família na vida escolar dos filhos, em especial, da criança com deficiência, é foco nesse estudo. Ambas contribuem para uma convivência mais saudável e produtiva na vida do aluno.

## **2.1 O Autismo e a educação inclusiva**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) mais específico o Autismo Infantil (AI) foi discutido e descrito por Leo Kanner, um austríaco em 1943, sendo sua área de formação psiquiatria infantil. Outro nome importante que contribuiu para os estudos na área foi de Hans Asperger, também de origem austríaco, formado em medicina se dedicou desde cedo à pediatria, trabalhando com crianças com problemas psiquiátricos (SCHWARTZMAN, 2003).

Tratando-se da discussão do estudo como já foi dito: a relação família e escola no desenvolvimento cognitivo e social do autista tornam-se necessário a definição do que é Autismo, analisado pela Equipe Multidisciplinar do Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento (2019), a fim de abrir um viés para os debates seguintes.

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um transtorno do desenvolvimento neurológico, caracterizado por dificuldades de comunicação e interação social e pela presença de comportamentos e/ou interesses repetitivos ou restritos. Esses sintomas configuram o núcleo do transtorno, mas a gravidade de sua apresentação é variável. Trata-se de um transtorno pervasivo e permanente, não havendo cura, ainda que a intervenção precoce possa alterar o prognóstico e suavizar os sintomas (CARDOSO, et. al, 2019, p. 1).

Em conformidade com análise deste documento, a Educação Especial deve ser desenvolvida preferencialmente na rede pública de ensino regular sendo dever de o Estado assegurar educação a todos.

De acordo com Abreu; Andrade; Teodoro (2012) o autismo pode apresentar “alterações severas e precoces em três áreas: 1) comprometimento qualitativo da interação social; 2) comprometimento da comunicação e; 3) padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades” (Op.cit, 2012, p. 134). Tais peculiaridades fazem com que de acordo com os graus variáveis de severidade do distúrbio, acometam as relações interpessoais mostrando-se dificuldades em manter diálogos coerentes promovendo uma compreensão adequada (Op.cit, 2012).

A incidência do Transtorno do Espectro Autista é maior no sexo masculino, na proporção de três a quatro meninos para cada menina, porém sabe-se que embora menos frequente quando são os casos de meninas apresentam quadro clínico mais severo (SCHWARTZMAN, 2003). É importante ressaltar que assim como acontece nas grandes patologias humanas, esta condição possui variabilidade no quadro clínico podendo apresentar não somente nos sinais e sintomas, mas na intensidade com que eles se manifestam (SCHWARTZMAN, 2003).

A boa convivência familiar e escolar com a criança autista vai depender de fatores que serão conquistados com dedicação e empenho.

Conviver com o autismo é abdicar de uma só forma de ver o mundo - aquela que nos foi oportunizada desde a infância. É pensar de formas múltiplas e alternativas sem, contudo perder o compromisso com a ciência (e a consciência!) – com a ética. É percorrer caminhos nem sempre equipados com um mapa nas mãos, é falar e ouvir uma linguagem, é criar oportunidades de troca e espaço para o nosso saber e ignorância (BOSA, 2002, p. 13).

A partir da compreensão enquanto educação inclusiva e suas relações com o meio escolar torna-se importante apresentar alguns trechos referentes às políticas de formação de professores no que se refere aos espaços escolares e suas práticas.

Os profissionais da educação necessitam de orientações técnicas e pedagógicas para desenvolverem seus trabalhos com mais competência.

## **2.2 Formação de Professores na Educação Inclusiva**

Destacando a necessidade de uma formação de docentes capacitados e especializados para atuar com alunos autistas, apresenta-se a Resolução CNE nº2/2001 em seu artigo 18, nos parágrafos 1º e 2º que regulamentam as Diretrizes Nacionais para educação especial na educação básica segundo o documento:

São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores. [...] São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais ( BRASIL, 2001, p.5).

A partir da relação aluno e professor no ambiente educacional, torna-se importante a reflexão sobre as práticas do docente no que caracteriza aprendizagem. Essa afirmação está em conformidade com a ideia de Lopes (2011): “Pois, não há como acontecer na escola uma educação adequada às necessidades dos alunos sem contar com o comprometimento ativo do professor no processo educativo” (LOPES, 2011, p.3).

O vínculo e relação entre escola, aluno e professor resultam de ações planejadas e executadas em sintonia.

Destacando a atuação do professor

Para que a escola possa promover a inclusão do autista é necessário que os profissionais que nela atuam tenham uma formação especializada, que lhes permita conhecer as características e as possibilidades de atuação destas crianças. Tal conhecimento deveria ser efetivado no processo de formação desses profissionais, (SILVA; BROTHERHOOD, 2009, p. 3).

Vale afirmar que o professor depende de políticas de inclusão mais concisas para que ocorra sua formação continuada em serviço.

Nesse sentido, Serra (2010) ressalta a importância de políticas públicas para formação capacitada de professores para exercerem de forma ativa em situações que necessitam de intervenções pedagógicas de alunos com deficiências.

[...] é importante verificar se a equipe pedagógica está devidamente preparada. As políticas públicas ainda precisam caminhar a passos largos para promover o atendimento educacional com qualidade garantindo a formação de professores que de fato permita uma intervenção pedagógica consistente (SERRA, 2010, p.164).

Contudo o professor deve compreender seu papel enquanto formador social e político, assumindo em sua atuação, a essência do educar, contribuindo para formação de sujeitos críticos e autônomos no seu desenvolvimento e ativos na sociedade.

Arroio (2000) destaca o papel do professor em sua função social:

Teríamos que conseguir que os outros acreditem no que somos. Um processo social complicado, lento, de desencontros entre o que somos para nós e o que somos para fora [...] Somos a imagem social que foi construída sobre o ofício de mestre, sobre as formas diversas de exercer este ofício. Sabemos pouco sobre a nossa história (ARROIO, 2000, p.29).

Sendo assim, a breve revisão da Legislação Vigente, a descrição do Espectro Autista (TEA) e a importância da formação do docente, apresentam-se fundamentais ao desenvolvimento deste estudo.

### **3. EDUCAÇÃO DE AUTISTAS: modelo de déficit contrastando ao de recursos**

O estudo realizado por Abreu e Andrade, Teodoro (2012) foi fundamentado em uma revisão de literatura sobre o impacto da presença de um membro com Autismo na família e suas implicações para o funcionamento familiar.

Em suas considerações finais os autores queixam-se da ausência de pesquisas realizadas nessa área. Afirmam que foram localizados trabalhos que priorizam mais os “modelo de déficit” em contraste ao de “recursos” (Op. cit, 2012, p.139).

Para os autores o enfoque de pesquisas no modelo de déficits “parece levar à visão do estresse familiar como inerente à presença de um membro com Autismo na família, sem o apontamento de possíveis saídas, formas de minimização do sofrimento ou inter-relações entre os fatores que podem facilitar” (ABREU E ANDRADE, TEODORO, 2012, p. 139).

Já o modelo de recursos indica que este, “focaliza, além da identificação de comprometimentos, as estratégias que as famílias desenvolvem para compreender e lidar com a síndrome” (Op. cit, 2012, p.139).

Serra (2010) em seu estudo retratou embora em síntese, os diferentes programas educacionais que se apresentam na tentativa de inclusão do aluno autista e investiga a

viabilidade da aplicação dos mesmos na rede escolar pública (SERRA, 2010). O autor ainda destaca que embora a educação inclusiva não seja um programa em si há uma forte implicação política para sua implementação (Op. cit, 2010, p. 171).

Acrescenta que “para haver inclusão é necessário que haja aprendizagem, e isso traz a necessidade de rever os nossos conceitos sobre currículo”. Faz-se necessário valorizar não somente as experiências adquiridas no âmbito acadêmico, mas enfatizar aquelas construídas no cotidiano que favorecem o desenvolvimento dos alunos. Com isso é importante analisar “se a escola representa para a criança com deficiência, um espaço significativo de aprendizagem, e sendo a resposta positiva, podemos então afirmar que desenvolvemos práticas inclusivas” (Op. cit, 2010, p. 172).

Para o processo de inclusão de qualidade de alunos com deficiência, mas específicas crianças com TEA faz-se necessário pensar em algumas reformulações no sistema educacional. Podemos enfatizar pontos como “adaptações curriculares, metodológicas e dos recursos tecnológicos, a racionalização do objetivo do ensino e principalmente a formação dos professores e mediadores para atuar com alunos autistas é indispensável” (SERRA, 2010, p.174).

Além disso, o autor ainda expõe limitações existentes no ensino regular que corroboram a atuação com a criança autista “em função da precariedade dos sistemas, salas lotadas, ambiente físico desfavorável e falta de preparação do professor. ” Também deve se analisar que “não há como incluir sem promover de fato as adaptações curriculares de grande e de pequeno porte propostas pelo próprio Ministério da Educação MEC” (Op. cit, 2010, p. 174).

Schwartzman (2003) ressalta em sua fala que “as intervenções educacionais ou pedagógicas são aquelas que podem trazer resultados mais significativos, e a escolha dessas abordagens dependerá das características de cada caso” (SCHWARTZMAN, 2003, p. 105).

Desta forma, as adaptações curriculares associadas à formação dos professores podem ocasionar em fatores de grandes influências positivas na inclusão dos alunos autistas no ensino regular.

### **3.1 Família e escola abrindo o diálogo**

Segundo o estudo de LAZZARETTI (2016), “a família e a escola são duas instituições que proporcionam o desenvolvimento fundamental das crianças com deficiências para sua trajetória de vida e para sua constituição enquanto sujeitos autônomos”. Em sua pesquisa de

revisão bibliográfica, buscou retratar “não apenas as contribuições destes dois contextos, mas também a contribuição dos profissionais que atuam com estas crianças, para o processo de inclusão escolar” (LAZZARETTI, 2016, p.1).

Dessa forma, a autora retrata que na família, a criança é exposta a vários sentimentos e emoções e a partir disso aprende a controlar expressar e resolver conflitos de forma que essas ações refletem em outros ambientes que a criança interage (LAZZARETTI, 2016, apud SILVA, 2010). Nesse sentido, ainda aponta “que o diálogo e as vivências são aliadas neste ambiente, pois favorecem a estimulação e o vínculo de confiança entre os pares” (LAZZARETTI, 2016, p.3, apud SILVA, 2010).

Para LAZZARETTI (2016) “a escola deve investir no fortalecimento de vínculos entre pais e professores, inserção destes no Conselho Escolar e em outros espaços de participação, propiciando a articulação entre a família e a escola” (LAZZARETTI, 2016, p. 6, apud DESSEN e POLONIA, 2007).

Dentro da escola é importante verificar os recursos disponíveis, verificar as situações de desenvolvimento do corpo docente, dos pais e comunidade para, a partir disso adaptar de acordo com a realidade, no planejamento de suas atividades (LAZZARETTI, 2016, apud DESSEN e POLONIA, 2007).

Acrescenta que essa interação entre família, escola e profissionais envolvidos colabora para uma melhor compreensão das necessidades, habilidades e potencialidades da criança com deficiência e contribui tanto para a família quanto para os profissionais para que, sejam orientados de suas responsabilidades, seus direitos legais e esclarecimento e conhecimento da deficiência em si (LAZZARETTI,2016, apud SILVA, 2010).

No entanto, apesar de grande importância esta parceria, encontra-se alguns obstáculos em ambos os lados. Na família, analisa-se falta de tempo, dificuldade na comunicação por utilizar linguagem técnica de profissionais, sentimento de inferioridade e por último, não menos importante falta de conhecimento em relação à deficiência. No caso dos profissionais depara-se com apatia dos pais, falta de valorização profissional e falta de tempo. Embora haja essa parceria, a relação ainda continua complicada e deve ser encarada constantemente (LAZZARETTI,2016, apud, SILVA,2010).

Conforme a autora coloca, “as crianças que possuem alguma necessidade educacional especial, ao entrarem para a escola, irão participar de três estruturas da dinâmica escolar: a integração professor-aluno, a interação aluno-aluno e o próprio ambiente de aprendizagem” (LAZZARETTI,2016, p. 9, apud, MACIEL,2000).

Diante dessas adequações é importante analisar se o ambiente em que a criança será recebida é favorável para o desenvolvimento, se o projeto arquitetônico está acessível e se toda equipe escolar está sensibilizada e devidamente preparada para receber a criança com respeito a sua deficiência. Outro ponto que podemos destacar é a relevância do docente em conhecer o diagnóstico e prognóstico desses alunos, para tanto se faz necessário um contato com os pais e/ou responsáveis com fim de conhecer e delinear estratégias conjuntas com família-escola e outros profissionais buscando conhecer a história de vida. A integração ocorre quando não há preconceito do professor e com isso possibilita o desenvolvimento desse aluno. Já em relação aluno-aluno pode acontecer de ressaltar as diferenças e conseqüentemente gerar uma dificuldade de aceitação. Se faz necessário conhecimento da turma quanto ao tipo de deficiência e orientação em como lidar com as diferenças (LAZZARETTI, 2016, apud, MACIEL, 2000).

Em suma, LAZZARETTI, 2016, apud, BUDEL e MEIER, 2012) em seu trabalho ainda aborda que incluir implica em vários aspectos a serem repensados sendo eles:

O planejamento, isso não significa que cada aluno irá realizar uma atividade diferente, mas que a exigência deve ser diferente de acordo com cada grupo, retomando conteúdos em defasagem.

O currículo, a escola possui o currículo ao qual deve ser seguido conforme as fases de desenvolvimento das crianças, mas, isso não implica que o mesmo não possa ser adaptado e periodicamente avaliado pela equipe escolar que estejam trabalhando com a criança. O envolvimento da família nesta construção é de relevância visto que tem muito a agregar além de contribuir no sentimento de valorização e integração.

A metodologia adequando de maneira contextualizada criando novas estratégias com matérias e recursos.

A avaliação, repensar de forma que o aluno seja avaliado não pelo que não aprendeu, mas pelo que conseguiu consolidar retomando a prática pedagógica.

A atitude do professor, no processo de ensino e aprendizagem o professor é mediador e seu objetivo deve ser o desenvolvimento do aluno e não somente estar preso ao ensino do currículo.

Os espaços físicos de forma que sejam acessíveis e favoreçam a aprendizagem.

Esses são fatores essenciais para a atuação dos professores e desenvolvimento dos seus alunos.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os alunos com Transtorno do Espectro Autista possuem a dinâmica de aprendizagem diferenciada dos alunos ditos com desenvolvimento típico. Mesmo sabendo que cada aluno aprende em ritmos e formas diferentes os que apresentam o transtorno necessitam de um olhar mais pormenorizado e adequações no currículo. Nesse sentido, a formação do professor na área da educação inclusiva poderá contribuir para formação dos discentes autistas e familiares e a partir das propostas permitirem o conhecimento e o envolvimento do meio afetivo tanto do ambiente escolar como no familiar.

Os estudos realizados por meio de revisão de literatura demonstram que a inserção de uma pessoa autista na família pode apresentar um impacto na dinâmica familiar, isso baseia nos modelos abordados de déficit em contraste ao de recursos. Paulatinamente em ambiente escolar existe uma forte tendência para criação de políticas que regem a inclusão desses alunos, no entanto, é necessárias mudanças nas dinâmicas curriculares e valorização das experiências dentro e fora do contexto escolar. Dessa forma a inclusão se torna significativa em ambos ambientes.

Embora alguns autores proponham políticas de inclusão, as adaptações não podem ser generalistas e sim individualizadas devido às características de cada caso. Diante disso, coloca-se importante o diálogo e as vivências construídas entre os pares, que são aliadas no processo para interação família e escola. Por outro lado esse processo não é simples e apresenta alguns obstáculos que vão se apresentar em via de mão dupla; na família é possível encontrar: falta de tempo, dificuldade na comunicação por utilizar linguagem técnica de profissionais, sentimento de inferioridade e falta de conhecimento em relação à deficiência; ao passo que os profissionais podem deparar-se com apatia dos pais, falta de valorização profissional e embora haja essa parceria, a relação ainda apresenta-se complicada e deve ser defrontada constantemente. Em suma, o trabalho aborda algumas implicações que são necessárias e importantes para a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista.

Este trabalho para sua construção partiu do método hipotético-dedutivo tratando-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica que foi realizada por meio da leitura de obras e artigos científicos. Foi realizada essa revisão para identificar as principais dificuldades encontradas na educação inclusiva de alunos com Espectro Autista (TEA), no ambiente escolar e ainda demonstrar as medidas que podem ser adotadas em parceria com a família que possam contribuir para o desenvolvimento de ensino e aprendizagem, enfatizando a interação social destacando a importância da formação continuada de professores.

Muitas são as dificuldades ao que toca a educação inclusiva no Brasil, neste trabalho, em especial, a falta de dados de cunho pedagógico foi um grande obstáculo, pois, a maioria da literatura é voltada para patologia do transtorno. Outro ponto foi à metodologia usada para construção do trabalho, a falta de dados de campo atrelado a pouca produção científica do tema tornou difícil vislumbrar uma nova dinâmica de inclusão destes alunos.

Com o desenvolvimento da pesquisa algumas lacunas foram deixadas abrindo um viés para novos estudos de campo, algumas metodologias propostas aqui precisam de dados experimentais para sua comprovação. Além disso, mesmo com as diferenças é preciso trabalhos que criem uma base para orientar educadores na forma de um currículo mais voltado para o transtorno.

Durante o desenvolvimento e execução deste trabalho pode-se observar o respaldo legal no que diz respeito à educação inclusiva que garante a aprendizagem desses alunos no ensino regular, porém com toda a complexidade e dificuldades encontradas entre teoria e prática se tornam distantes. Não obstante, a parceria família e escola só se tornam efetiva se houver sua integração no processo de ensino e aprendizagem, conhecimento e adequações que se julguem necessárias para receber e incluir a criança Autista no ambiente escolar.

O contexto familiar e escolar possui ações e práticas educativas que são adotadas e refletem em ambos os ambientes. Por isso, é importante a escola adequar o seu projeto político pedagógico com a finalidade de desenvolver práticas que valorizem o sujeito e a inserção do mesmo no espaço, reconhecendo e utilizando como fonte de recursos, a fim de trabalhar as peculiaridades de forma positiva ao desenvolvimento da aprendizagem do educando estabelecendo um vínculo mútuo entre família e escola.

## **FAMILY AND SCHOOL RELATIONSHIP IN THE COGNITIVE AND SOCIAL DEVELOPMENT OF THE AUTISTIC STUDENT**

### ***ABSTRACT***

*Autism spectrum disorder (ASD) is characterized by difficulties in areas of communication and social interaction and can manifest in different degrees of severity, presenting restrictions of activity and peculiar interests. This article addresses the importance of the approximation and mobilization between the family and the school in inclusion as essential factors in the constitution of development and learning, enhancing the*

*positive aspects to guide school and the extracurricular activities on an appropriate way in order to progress terms of cognitive of these children. By this way, appropriate teacher training in the area of inclusive education can also contribute to the education of autistic students and their families. This work is a bibliographic review by reading scientific works and articles. It is noticed that there are still few studies published in this area and yet many controversies about which intervention would be more appropriate when including autistic individuals. To summarise, the family and school with inclusion contexts, when well defined, can contribute to favourable way of the development of the student.*

**Keywords:** *Autism. Teaching and learning. Family. Teacher training*

## REFERÊNCIAS

ABREU, Aline et al. Família e autismo: uma revisão da literatura. **Contextos Clínicos**, v. 5, n. 2, p. 133-142, 2012.

ARROIO, M. G. **Ofício de mestre**: imagem e autoimagem. São Paulo: Vozes, 2000.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: 05 de outubro de 1988. BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB).

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: BAPTISTA, Claudio; BOSA, Cleonice (org.). **Autismo e educação**: atuais desafios. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 22-39.

BRASIL, **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 11 de setembro de 2001. Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acessado em: 07 de outubro de 2019

BRASIL, **Lei nº 8.069**, de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: 13 de julho de 1990.

CARDOSO, A. A. et al. Transtorno do Espectro Autista. **Manual de Orientação Departamento Científico de Pediatria de Desenvolvimento e Comportamento**:. <[https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/Ped.\\_Desenvolvimento\\_-\\_21775b-MO\\_-\\_Transtorno\\_do\\_Espectro\\_do\\_Autismo.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Ped._Desenvolvimento_-_21775b-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf)> 2019. Acessado em: 07 de outubro de 2019.

LAZZARETTI, Beatriz; FREITAS, Alciléia Sousa. Família e Escola: o processo de inclusão escolar de crianças com deficiências. **Caderno Intersaberes**, v. 5, n. 6, p. 1-13, 2016.

LOPES, Rita de Cássia Soares. **A relação professor aluno e o processo ensino aprendizagem**. **Obtido a**, v. 9, p. 1534-8, 2011.

SCHWARTZMAN, Jose Salomao. **Autismo infantil**. São Paulo: Memnon, 2003. p.105.

SERRA, Dayse. Sobre a inclusão de alunos com autismo na escola regular. Quando o campo é quem escolhe a teoria. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 1 n. 2, p. 163-176, jul./dez. 2010

SILVA, Maria do Carmo Bezerra de Lima; BROTHERHOOD, Rachel de Maya. Autismo e inclusão: da teoria à prática. In: **V Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar ECPP**, Maringá, out. 2009. Disponível em: <[https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2009/wp-content/uploads/sites/77/2016/07/maria\\_carmo\\_bezerra\\_lima\\_silva.pdf](https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2009/wp-content/uploads/sites/77/2016/07/maria_carmo_bezerra_lima_silva.pdf)> Acesso em: 07 abr. 2020.